

VIKINGS NO OCIDENTE DO AL-ANDALUS

Alguns tópicos em redor do impacto da sua chegada na costa próxima do Tejo

Vikings in the west of al-Andalus. Some topics surrounding the impact of their arrival at the coast near the Tagus

Fernando Branco

CORREIA

Universidade de Évora-
Portugal

fbc@uevora.pt

RESUMO

Tem-se como objetivo no presente artigo analisar a chegada dos Vikings na costa do rio Tejo, colocando em destaque os impactos das navegações no período do VIII ao IX século d.C. Para interpretar tal episódio serão utilizadas fontes textuais e arqueológicas além da construção de uma contextualização acerca do período abordado. Será possível observar que a chegada dos vikings ou normandos é um momento chave para a história da região em redor de Lisboa. De região esquecida e lateral, na perspectiva dos poderes estabelecidos em Córdoba, o litoral do Gharb al-Andalus, o futuro litoral português central, passará por uma fase de surpresa, de ataques mas também, de revitalização e de novos desafios.

Palavras-chave: Vikings; Rio Tejo; Portugal; Navegações.

ABSTRACT

The goal of this article is to analyze the Vikings' arrival at the coast of the Tagus, highlighting the impacts of the sailings in the period from the VII to the IX century A.D. To interpret such episode, textual and archeological sources will be used, as well as the construction of a contextualization regarding the addressed period. It will be possible to observe that the Vikings' or the Normans' arrival is a key moment for the history of the region around Lisbon. From a forgotten and lateral region, in the perspective of the established powers in Cordoba, the coast of Gharb al-Andalus, the future central Portuguese coast, will undergo a phase of surprise, of attacks, but also, of renovations and of new challenges.

Keywords: Vikings; Tagus river; Portugal; Sailings.

São relativamente bem conhecidos os factos que rodeiam as navegações levadas a cabo por navegadores ao serviço dos reis de Portugal a partir do século XIV, no oceano Atlântico e em outros mares. Porém, sabe-se muito menos acerca das outras navegações que, alguns séculos antes, têm igualmente lugar na fachada ocidental da península Ibérica, na costa do que será de um Portugal ainda por nascer.

Essas navegações são protagonizadas pelos Vikings, no século IX, foram acontecimentos inesperados para os habitantes e governantes do ocidente ibérico em aqueles momentos e originarão respostas defensivas e de controle da costa que só agora começamos a entender melhor. Na verdade, o conhecimento de algumas fontes escritas e os dados provenientes da actividade arqueológica permitem, em conjunto e de forma integrada, conhecer melhor a actividade de navegação e de controle da mesma na costa “portuguesa”.

É central para este ensaio a zona em redor do rio Tejo. Isso não tem a ver com a importância de Lisboa como futura capital de um Portugal ainda não nascido como reino, mas com o facto de para a região em redor desta cidade e do rio que a banha haver a referida conjugação de dados provenientes das fontes escritas e da arqueologia, o que permite esta tentativa de interpretação, centrada num território para o qual dispomos de dados de eventualmente complementares. Apesar da importância central do rio Tejo, não poderão ser ignorados zonas de costa mais a norte – de onde provinha, aliás, o perigo – e outras imediatamente a sul e a pouca distância do vale do Tejo.

O território em causa corresponde à zona costeira ocidental da antiga *Lusitânia* e, administrativamente, fazia parte do emirado omíada de *Al-Andalus*, nome dado aos territórios de matriz cultural e política árabe-islâmica na península Ibérica medieval. É bom lembrar que, em 711, Tariq ibn Ziyad tomou a capital da monarquia visigoda, Toledo e que, em 712, Musa ibn Nusayr junta os seu exércitos ao de Tariq não sem antes ter tomada Mérida – ou *Emerita Augusta* – a capital administrativa da antiga Lusitânia. O filho deste último, ‘Abd al-‘Aziz ibn Musa, fará pactos com várias governantes e membros da aristocracia goda da antiga *Hispania* e que a Lusitânia terá sido uma zonas onde os primeiros conquistadores de origem árabe fazem pactos com as elites regionais. Depois de quatro décadas de governadores nomeados pelos califas de Damasco, ‘Abd al-Rahman I, descendentes desta família, foge para os territórios administrados por agentes dos antigos califas de Damasco – conhecidos como *al-Andalus* nos textos árabes medievais –, toma o poder em 756 e inicia-se a fase de um emirado independente.

Há importantes trabalhos sobre o passado naval do *al-Andalus* (LIROLA DELGADO, 1992) sabendo-se que as navegações e a actividade económica nas cidades portuárias era muito importante nas costas do Mediterrâneo, mais que no Atlântico. O dinamismo que se sente, sobretudo a partir do século IX, em redor de Pechina, Almeria, Málaga e mesmo em Sevilha (LIROLA DELGADO, 1992, p. 82-91, 159-212, pp. 319-329, *passim*) não tem paralelos na fachada atlântica. Para norte do cabo de S. Vicente¹ as navegações seriam muito mais raras e os circuitos económicos seriam muito menos intensos até ao século IX;

começará, a partir de então, uma nova fase (PICARD, 1997).

No ano de 844 (229 da Hégira), o governador omíada da cidade de Lisboa – Wahb Allah ibn Hazm – envia emissários à capital do emirado – Córdoba – informando que a cidade fora atacada nesse Verão por navios de *majus*, nome pelo qual serão identificados nas fontes escritas os Vikings. Esse acontecimento é referido por cronistas como Ibn al-Qutiyya e Ibn Hayyan e essas informações aparecerão em compilações tardias, como as de Ibn Idharí e al-Maqqari. Os invasores impressionaram os habitantes pela surpresa e pelo seu número; são referidas oitenta embarcações que, para além de terem entrado pelas águas do Tejo e de terem atacado as campinhas em redor desta cidade (PICARD, 1997, p. 72), avançam para Sul, atacando as regiões de *Ukshunuba* (onde se encontra a cidade de *Shantamariyya al-Gharb*, hoje Faro), entrando no rio Guadalquivir e chegando às portas da cidade de Sevilha.

A este primeiro ataque viking ou normando seguir-se-ão outros. No ano de 858-59/244H., os normandos regressam, causando grande destruição ao longo das costas. Porém, a surpresa não terá sido já total, pois sabe-se que alguns dos bens transportados nos seus barcos terão sido capturados num dos portos da *Kūra* (ou circunscrição) de Beja, a sul da linha do Tejo (DOZY, 1987, p. 30-34).²

As expedições continuarão e, no século X – já no período em que os omíadas de Córdoba usam o título califal –, as embarcações de *majus* ou vikings reaparecem. O alarme, desta vez, vem de *al-Qasr* (hoje Alcácer do Sal), onde terão sido avistadas 28 embarcações, cada uma das quais com cerca de 80 homens. Mas esta frota não se ficou por aqui; nesta mesma conjuntura há notícias de problemas causados por estes normandos na região de Lisboa e na de Silves. Em Córdoba, decide-se fazer avançar a frota califal estacionada no Guadalquivir para ocidente, frota essa que combaterá os vikings na ribeira do Arade, perto da cidade de Silves (PICARD, 1997, p. 74, 79).³ E, em 971-72, terá lugar um outro ataque (DOZY, 1987, p. 49), ataque que fustigou igualmente terras mais a norte, controladas por nobres ao serviço do reino das Astúrias, situação que levou o Conde *portugalense* Gonçalo Moniz a entrar em contacto com o califa omíada. Ou seja, há por vezes cooperação entre, por um lado, territórios cristãos do norte e, por outro, arabizados e parcialmente islamizados do sul (do *al-Andalus*) para fazer face a um perigo comum a ambos.

Face a estes ataques de surpresa dos vikings ou normandos, o poder central omíada em Córdoba ficou inicialmente perplexo e sentiu-se quase que impotente; é bom lembrar que os vikings subiram o rio Guadalquivir, o mesmo onde se encontra a própria cidade de Córdoba. Por tudo isso, irão ser tomadas medidas a nível regional e central. Essas medidas passam, em grande parte, pela edificação de estruturas de controle e de defesa. Uma dessas medidas iniciais reporta-se à costa do Norte de África, tendo-se edificado um edifício de carácter defensivo junto às costas de Arzila (DOZY, 1987, p. 32). Esta edificação, apelidada vulgarmente de *ribat* – designação usada muitas vezes de forma pouco consistente (PICARD, 2001, p. 204-205 e 208-209; PICARD, 2010, p. 148-152) – seguia modelos orientais,

seguidos pelo califado de Bagdad, e visava conseguir um controle mais apertado sobre as costas, respondendo aos atacantes. No litoral ocidental ibérico, nas costas do *Gharb al-Andalus* – que mais tarde serão as costas do reino de Portugal – o poder central omíada de Córdoba reforça a sua presença, apostando também na construção naval (PICARD, 1997, p. 66-67).⁴ Por outro lado, alguns voluntários partem para estas costas para assegurar a vigilância das mesmas. Este “esforço”, ou *jihad*, em controlar as terras do *Dar al-Islam* dos ataques dos infiéis foi acompanhado por medidas tomadas pelo poder central omíada, deixando muito provavelmente alguma margem de manobra aos governadores da região.

Na verdade, as fontes escritas no *al-Andalus* são parcas em detalhes sobre a região mais ocidental, relativamente afastada da vale do Guadalquivir, onde se encontram as cidades mais relevantes do *al-Andalus*; não havendo detalhes no textos, é possível tentar encontra-los no terreno. Sabendo-se que os navios normandos possuem capacidade para navegar em altas águas do mar mas também para penetrar em estuários de rios, é possível, tentar encontrar – nas costas ou em margens de alguns rios – locais eventualmente ocupados por voluntários, enquadrados ou não por representantes do poder omíada, para controle do litoral e para fazer frente à entrada destes invasores. Como já foi referido, as fontes de época islâmica não dão informações detalhadas sobre todos pontos específicos da costa; se para alguns há já dados de carácter arqueológico, para outros faltam datações seguras ou até estudos de caso, mas isso não deve impedir que se apontem hipóteses que podem conduzir ao estudo detalhado de alguns destes locais.

Entre os vales dos rios Mondego⁵ e Tejo é possível encontrar vestígios de construções que, eventualmente, se enquadram nesta reacção contra a chegada destes invasores e predadores que chegavam por via marítima. Imediatamente a sul da Nazaré é possível encontrar vestígios eventualmente relacionados com esta época. O castelo Alcobaca – onde decorrem escavações e de onde ainda não há resultados finais – apresenta torres quadrangulares feitas com pedra de grande dimensão, pouco espaçadas entre si, o que aponta para uma cronologia antiga dentro dos séculos do período medieval. Este castelo, raramente citado, apresenta num dos seus topos uma torre albarã, de uma tipologia *andalusí*, o que também pode apontar para uma cronologia recuada, na medida em que – sabe-se hoje – há torres albarãs mesmo em fases iniciais do período islâmico (fig. 1) (SOUTO, 1992, p. 127; SOUTO, 1990, p. 187-201; SOUTO, 1989, p. 675-696; ZOZAYA, 1994, p. 71-146; ZOZAYA, 1998, p. 83-142). Não seria impossível que tivesse existido uma fortificação neste cume estratégico, na retaguarda de uma zona cujo recorte litoral é hoje diferente do que teria sido durante a Baixa Idade Média.

Já Eduíno Borges García, em artigos com alguns anos mas de grande utilidade (GARCIA, 1963-1964, p. 9; GARCIA, 1968-1970, p. 14), tinha posto em evidência a existência de fortificações em Alfeizerão, Famalicão da Nazaré e Pederneira, cuja lógica defensiva teria a ver com fases alti-medievais, anteriores às grandes obras de aproveitamento levadas a cabo pelos monges alcobacenses, durante a qual o litoral era muito mais recortado e com

entradas de água do mar na zona próxima a Alcobaça.

As torres semi-circulares – como as detectadas em Alfeizerão – colocariam problemas de datação há uma anos atrás, quando era comum só se poderem rotular como podendo ser de época islâmica as que apresentassem uma tipologia de planta quadrangular. Porém, trabalhos recentes têm posto em evidência torres semi-circulares em outras zonas periféricas do *Al-Andalus* – como é o caso da Aljafería, em Saragoça (ZOZAYA, 2007, p. 237) – e mesmo no território ocidental elas aparecerão bem datadas, em Coimbra, muito provavelmente em época de Almançor, e que está arqueologicamente atestado (ALARCÃO, 2008, p. 72-73; CATARINO; FILIPE, 2006, P. 75-84). É por isso que vale a pena olhar com outros olhos para Óbidos, para as suas fortificações e, sobretudo, para a sua posição no terreno. Estando no local, não será difícil de adivinhar a massa de água que entraria desde a costa até perto do sopé do monte em que se encontra esta localidade fortificada. Não há fontes escritas que nos falem de uma Óbidos sob domínio islâmico, mas não é difícil pensar na existência de uma – mesmo que pequena – estrutura de vigia no ponto alto de Óbidos, eventualmente na mesma zona onde se encontra o castelo, de planta regular e com torres semi-circulares alteadas, cuja possível ocupação em fase pré-portuguesa não se conhece (SILVA, 1996, p. 27-48; SILVA, 2007, p. 337-345).⁶ É de recordar que estudos recentes apontam para um recorte na costa junto a Óbidos muito maior daquele que hoje se pode observar. Uma simples mas atenta observação do local permite adivinhar a chegada das águas do mar até bem perto do sopé do monte sobre o qual se erguem a vila e as muralhas de Óbidos.

Mais a sul, com uma torre que orgulhosamente enfrenta as águas de um mar que já não existe, é possível encontrar ainda vestígios de uma pequena fortificação em Atouguia da Baleia, localidade outra com um topónimo de origem arábica, cuja actividade marítima é ainda atestada durante a primeira dinastia portuguesa. O castelo de Atouguia ainda carece de estudos aprofundados e a fase inicial da sua ocupação não está ainda bem definida mas, pela sua posição, sabendo-se até onde chegava o mar no período medieval, adivinhando-se a importância que o local poderia ter como porto mas, igualmente, como ponto para sustentar possíveis invasores vindos por mar (fig. 2).

Mais a sul, a entrada do rio Grande (ou Ribeira dos Palheiros) apresentaria um recorte diferente do actual, possivelmente mais exposto ao mar. Subindo um pouco este rio, encontramos a localidade medieval de Lourinhã; aqui encontramos sua igreja matriz, de traçado gótico – igreja de Santa Maria do Castelo e que substitui uma anterior mandada edificar pelos primeiros habitantes conhecidos desta localidade, ainda no século XII – mas, ao seu lado, encontra-se uma elevação no terreno bem interessante, que corresponde, precisamente, a um antigo castelo que controla o percurso do pequeno rio. Sobre essa pequena fortificação, cujo perímetro se adivinha na topografia do terreno, nada de concreto se sabe. Eventualmente edificada pelos francos que receberam esta região em tempos de D. Afonso Henriques, pode ter havido aproveitamento de estruturas defensivas anteriores;

o trabalho arqueológico está ainda por fazer (fig. 3).

Se na Lourinhã ainda não há dados arqueológicos, mais a sul a situação é diferente. É o que se passa em redor de Sintra. Esta localidade é já citada por al-Razi no século X, não se cansando os geógrafos posteriores de referir as bondades da sua região.⁷ No entanto, a ocupação de época islâmica é significativamente anterior. O “castelo dos Mouros”, que ocupa uma posição topográfica privilegiada, foi escavado parcialmente e os trabalhos aí levados a cabo revelaram níveis datados desde o século IX (fig. 4) (Cf. COELHO, 2000, p. 207-225) o que coincide com a fase da reacção omíada à chegada dos barcos normandos. Este castelo, com um horizonte visual magnífico, controla as zonas do cabo da Roca e de “Azóia” e, para Sul, domina o estuário do rio Tejo, podendo visualizar, em dias claros, o Cabo Espichel. É neste quadro que se deve valorizar o aparecimento do que parece ser uma pequena mesquita, no Alto da Vigia, justamente em frente da Praia das Maças (fig. 5). Sobre o mar, controlando o curso final do rio com o mesmo nome ou rio de Colares, a escavação – em vias de estudo mas já publicitada –⁸ deixa ver no local o que parece ser uma pequena mesquita com o seu *mihrab*, em posição sobranceira ao mar, semelhante ao que, classificado habitualmente como “*ribat*”, se conhece na Arrifana de Aljezur e na costa levantina.⁹ Sem se excluir a possibilidade de que a área ocupada em época islâmica seja também extensa como nesses outros locais já estudados, há algo que ressalta na paisagem: o local tem uma posição tática importante, poderia condicionar o desembarque de invasores sobre a praia e poderia igualmente comunicar com aquela que é a localidade chave da região em época islâmica – Sintra – onde, no Castelo dos Mouros, se detectaram níveis islâmicos desde o século IX, o século da primeira chegada dos navios normandos.¹⁰

A serra de Sintra parece ter sido fulcral na estratégia de controle, vigilância e contenção destas vagas de normandos. Porém, estas acções estariam intimamente ligadas ao povoamento e gestão do território no seu todo. A vigilância não estaria desprovida de ocupação e apoio populacional no território envolvente, tirando partido de um território com recursos económicos interessantes. Essa mesma acção de vigilância, associada ao povoamento, estaria montada na margem sul do Tejo, junto ao seu estuário. Entre a ponta arenosa – a *Traf.aria* – e Almada (fig. 6) pode ter existido uma rede de pequenos locais onde se conjugariam o povoamento e a vigilância e defesa do território. Para além da própria Almada, equipada com uma fortificação (citada por várias fontes de época islâmica a na própria *Carta a O[sberto]* que descreve a tomada de Lisboa em 1147), é de considerar pelo menos os locais conhecidos como Murfacém (fig. 7) e Almaraz. Em ambos os casos se trata de topónimos relacionáveis com o período islâmico. O primeiro foi já estudado¹¹ mas o segundo tem um significado especial, na medida em que “almaraz” pode derivar de “*maharis*”, palavra que tem paralelos em outros pontos do Mundo Islâmico medieval – concretamente no Norte de África¹² e no al-*Andalus* – relacionado com a existência de “torres de vigia”¹³. É evidente que ainda não há elementos que possam fornecer uma datação exacta para a fundação destes locais. No entanto, não pode deixar de se assinalar estas coincidências num espaço que parece ter sido estrategicamente importante em termos militares e para o

qual as fontes árabes falam de ocupação desde o período omíada.

Na verdade, a frente terminal do Tejo na sua margem esquerda pode ter desempenhado um papel importante não só em termos de defesa de proximidade mas também a nível da gestão das comunicações entre vários pontos tácticos – aquilo a que alguns chamariam *hot spots*. Como Sintra – com poder de controle sobre a costa atlântica a norte de Lisboa – não comunica directamente com esta cidade, as comunicações poderiam ser feitas por triangulação, através de pontos de observação intermédios onde poderiam estar voluntários locais, enquadrados pelos governadores nomeados pelo poder omíada, ou voluntários espontâneos para o *jihad*, esse “esforço” por controlar um território em perigo. Aqui poderiam receber sinais de alerta provenientes de Sintra e retransmiti-los para Lisboa. Em dias sem tormentas e sem nevoeiro, esses sinais chegariam a Lisboa mais rapidamente por triangulação (fig. 8), através de Almada, Almaraz ou Trafaria, do que por via terrestre. Sintra poderia contactar igualmente com Palmela, cujo papel militar e de coordenação de outros pontos sensíveis já foi posto em evidência (Cf. FERNANDES, 2001, p. 185-196; FERNANDES, 2004; PICARD; FERNANDES, 1999, p. 67-94). Palmela, já então fortificada, controlaria não só a bacia do Tejo como eventuais entradas pela rio Sado, em direcção a *al-Qasr*, podendo, inclusive, usar locais especiais da serra, conhecida como da *Arrábida*, onde não faltariam outros sítios ligados a este esforço de controle e defesa das costas.

A zona em redor do eixo Almada – Trafaria tem igualmente possibilidade de contacto visual com o cabo Espichel, junto do qual o topónimo Azóia –¹⁴ não datado quanto a período de fundação – pode remeter para a existência de confrarias ou grupos de defensores enquadrados religiosamente. Por outro lado, este friso geográfico localizado na margem esquerda do tramo final do rio Tejo tem o seu reverso na margem direita. Alguns topónimos podem ter a ver esta dinâmica de ocupação do território e de controle e defesa do mesmo; pode ser esta a explicação para o topónimo Algés¹⁵ mas pode, igualmente, ter sido o de Alcolena (fig. 9), local estrategicamente colocado em ponto elevado (a cavaleiro de Belém) – uma chave do controle sobre a entrada na barra do Tejo, com uma magnífica vista sobre a entrada do Tejo e com a linha que vai da Trafaria, passando por Murfecém, Almaraz e até Almada – onde poderia estacionar uma pequena guarnição, associada, ou não, a uma fortificação ou torre de vigia de que não restam traços visíveis.¹⁶

Os barcos dos normandos ou “*majus*” tinham capacidade para subir pelo Tejo penetrando no “Mar da Palha”. É, pois, possível que alguns restos de fortificações que existem nas suas margens, a montante de Lisboa, possam ter a ver com a instalação de postos de vigia instalados e reforçados nos séculos IX e X. Pode ser esse o caso das fortificações que terão existido em Sacavém (sobre o rio Trancão, controlando uma linha de água que ia até à zona de Loures e de onde se poderia atacar Lisboa pela rectaguarda), e dos restos de um castelo que ainda se detecta em Alverca (fig. 10) e de Alhandra,¹⁷ onde se detectaram vestígios de fortificações que aguardam estudos aprofundados.

Por outro lado, em Povos, a norte de Vila Franca de Xira, foi escavada há alguns anos

uma pequena fortificação, erguida numa taipa pouco rica em cal. A escavação do castelo de Povos – que envolve o santuário do Senhor da Boa Morte, no actual concelho de Vila Franca de Xira (fig. 11) – revelou não só restos da estrutura defensiva como, igualmente, níveis arqueológicos que coincidem com o momento da chegada dos normandos.¹⁸

Esta rede defensiva, para a qual se deslocam voluntários de outros pontos do *al-Andalus*, contribui para a reorganização do povoamento destes territórios, pelo menos nos séculos X e XI, e irá permitir relançar, com confiança, actividades económicas e iniciais marítimas. É neste contexto que se deve interpretar a referência à construção, por al-Hakam, de uma grande mesquita em Santarém. A crónica em questão não refere de forma clara qual dos omíadas é referido: se o emir al-Hakam I, se o califa al-Hakam II.¹⁹ No entanto, tendo em conta as conjunturas, é possível que se trate do segundo, pois só este coincide com um momento em que esta cidade adquire valor militar importante, crescendo certamente a nível económico e demográfico. Santarém coordena a vigilância sobre as costas ocidentais mais a norte do *al-Andalus* e é um ponto estratégico fundamental a sul de uma Coimbra conquistada em tempos de Afonso III das Astúrias. É relevante destacar que Santarém parece ter ganho, pela riqueza das suas terras mas também pela importância estratégica da região que militarmente depende de si (fig. 12), proeminência e número de habitantes islamizados suficientes para almejar possuir uma mesquita *aljama*, uma mesquita urbana principal adequada para acolher a grande oração do meio-dia das Sextas-feiras. Uma Santarém cuja riqueza rural várias vezes foi celebrada pelos autores de fontes geográficas de época islâmica – que nunca se esquecem de referir a riqueza agrícola da região de *Balata*,²⁰ bem como o elevado número de aldeias existentes em seu redor. À sua riqueza agrícola dever-se-á acrescentar a sua importância como região conhecida pela produção cavalariça.²¹

Não é partindo do nada que Almançor consegue, em 997, construir e equipar uma esquadra de embarcações, em *al-Qasr*, sobre o rio Sado, esquadra que será decisiva na sua campanha contra Santiago de Compostela, nesse mesmo ano. Esse desiderato só é possível se já dispuser, no local, de suficientes homens e material para o efeito. Homens habilitados para as várias fases dessa construção, mas não só; essa construção só é possível se tiver havido já *know how* instalado e matéria-prima disponível nas suas imediações. É provável que grande parte da área que hoje observamos em redor de Alcácer do Sal, coberta de árvores de diferentes tipos, pudesse já ter sido plantada com árvores destinadas à construção naval. Deve-se dizer que o estaleiro de construção naval de *al-Qasr*, a funcionar em pleno em tempos de Almançor, não poderia construir navios sem que antes tivesse havido – desde, pelo menos, os tempos de al-Hakam II – plantio de árvores vocacionadas para essa mesma construção.

Essa aposta do Estado omíada nas actividades marítimas não exclui a existência de em acções levadas a cabo por particulares, por aventureiros com confiança mas também com experiência adquirida nas águas desta costa ocidental do *al-Andalus*. É nesse quadro

se pode inserir a famosa viagem dos “aventureiros de Lisboa”, tantas vezes tratada e que lembra iniciativas arrojadas também elas, posteriores, como as levadas a cabo pelos Corte-Real. Esta “aventura”, protagonizada por indivíduos de uma mesma família da Lisboa de época islâmica – dada a conhecer por al-Idrisi – (Al-IDRISI, 1975, p. 547-549; DESCRIPTION., 1866, fl. 184, p. 223; SIDARUS; REI, 2001, p. 50) e levada a cabo em época incerta (provavelmente nos séculos X ou XI), mostra uma capacidade instalada em Lisboa a nível da construção naval, mas também a nível da criação de “companhias”, de arregimentação de companheiros, para levar a cabo viagens marítimas em relação às quais há uma expectativa alta quanto à obtenção de vantagens. Trata-se, neste caso particular, de uma iniciativa que é identificada claramente como “privada”; desta forma, está demarcada de outras – que existiriam certamente – nas quais a iniciativa do Estado – ou melhor, das diferentes realidades estatais por que passou o *al-Andalus* – pode ter sido decisiva, como parece acontecer nos séculos IX e X, mas sem jamais ter sido a única presente no terreno.

No caso concreto de Lisboa, a avaliar pelas descrições do estado em que se encontra a cidade em 1147 – ano da sua conquista por D. Afonso Henriques com a ajuda de cruzados –, percebe-se que ela tinha uma dimensão importante, dimensão essa que parece vir num *crescendo* desde o século IX, quando a dinastia que governava o *al-Andalus* desde Córdova resolveu responder à chegada dos *majus*. O olhar do cruzado R. deteve-se nos dois arrabaldes que a cidade possuía, nos muitos habitantes – alguns vindos de Santarém nesse mesmo ano, como ele próprio refere – e nos arredores ricos e povoados. No século X, com as iniciativas de al-Hakam II – que reage às investidas dos anos 971-72 – e de Almançor, as zonas em redor dos estuários do Tejo e do Sado e das costas próximas revelam actividades importantes que, tudo indica, não terão cessado. Na centúria seguinte, algumas cidades costeiras ocidentais terão força política e económica relevante. Lisboa será, no século XI, capital de um governo regional próprio, durante algum tempo; esta cidade passou por uma fase de autonomia face ao reino aftácida de Badajoz –²² de tal forma que se pode falar numa *Taifa* de curta duração. Mas também Silves e *Shantamariyya al-Gharb* (Faro) foram capitais de reino de Taifa nesta conjuntura; e não se pode esquecer Mértola, cidade que foi durante algum tempo o “último porto do Mediterrâneo”.²³

No entanto, para o fim do século XI, os territórios de Santarém e de Lisboa mudam de mãos. Aquele que será o último soberano da taifa de Badajoz – al-Mutawakkil – cederá esses seus territórios e as cidades respectivas a Afonso VI, acreditando que, livrando-se do inimigo cristão poderá concentrar os seus esforços na luta contra os demais, tentando sustentar o avanço avassalador dos Almorávidas (VIGUERA, 1994, p. 86). O que se passa em seguida é parcialmente conhecido. Esta sua política dúbia será fatal para o rei de Badajoz e, algum tempo depois, os Almorávidas, depois de pôr fim aos reinos de Taifas, recuperarão Santarém e de Lisboa – não sem algumas dificuldades.

Embora diferente das fases anteriores, o período de domínio almorávida não deixa de ser uma fase de crescimento. Santarém adquire uma grande proeminência militar, na

medida em que se torna na grande base a partir da qual se organizarão ataques várias à região de Coimbra, Soure e vale do Mondego. Lisboa, na sua rectaguarda, pode ter recebido melhorias na muralha herdada do Baixo Império romano e, pela descrição que dela faz al-Idrisi, na sua célebre *Nuzhat al-Mushtaq*, é uma cidade dinâmica e rica.

Indo algo mais para sul, não faltam exemplos de outras cidades do ocidente do *al-Andalus* que se desenvolveram com economias ligadas à actividade portuária e à dinâmicas das suas costas: é o caso de *ShantaMariyya al-Gharb*, a futura Faro e, talvez mais relevante, o caso da cidade de Silves, uma fundação de época islâmica, cidade onde o poder central instalou capacidade de construção naval (Cf. PICARD, 2000, p. 199-200). Aqui, em Silves, ainda hoje a cobertura vegetal que rodeia as serranias em redor da cidade pode ser a herdeira – eventualmente parcial – do plantio de espécies arbóreas destinadas à construção naval. De facto, a madeira das montanhas em redor de Silves foi celebrada por alguns geógrafos árabes (LIROLA DELGADO, 1992, p. 318) e foi uma das principais riquezas de uma cidade localizada entre a costa e a serra, cidade que será capital de um reino de taifas, cidade celebrada pelos poetas al-Mu'tamid e Ibn Ammar, cidade profundamente ligada ao mestre sufi e líder regional Ibn Qasi.

Conclusão

A chegada dos vikings ou normandos é um momento chave para a história da região em redor de Lisboa. De região esquecida e lateral, na perspectiva dos poderes estabelecidos em Córdova, o litoral do *Gharb al-Andalus*, o futuro litoral português central, passará por uma fase de surpresa, de ataques mas também, de revitalização e de novos desafios.

O que muitas vezes é mais visível em muitos destes territórios islamizados do sul é o investimento dos poderes estatais islâmicos em actividades de construção directamente ligadas à defesa. O processo de edificação de muralhas, mas também novos bairros e mesquitas – como se pode constatar ainda hoje em Elvas, Alcácer, Moura, Mértola, Silves, Paderne, Loulé, Faro, Tavira, só para citar os locais com vestígios mais óbvios... – estimulou os sectores da “construção civil” nestas localidades, muitas delas de litoral. Mas essas muralhas, cujos traços ainda hoje são bem visíveis e que em muitos casos estão ligadas às fases derradeiras do domínio islâmico, muitas vezes impedem que se percebam as primeiras acções, ou seja, as mais antigas.

Um balanço superficial revela que o poder político que se exerce no sul peninsular desde inícios do século VIII só começa a investir seriamente nas suas costas ocidentais a partir de meados do século IX e como reacção a uma ameaça externa. É com a chegada dos *majus*, ou normandos, que a atenção do Estado omíada desperta para a importância dos territórios litorais e terminais da sua fachada atlântica. As medidas levadas a cabo para assegurar a defesa – medidas implementadas no terreno pelos governadores de Santarém, Lisboa e Alcácer mas também pela iniciativa de grupos com contornos de carácter religio-

so – acabarão por ter repercussões no povoamento destes territórios, na rede comunicacional, que parece tornar-se mais complexa e rica, mas também no quotidiano das cidades. Nestas, os seus portos serão os *interfaces* fundamentais com outras zonas do *al-Andalus*; de aí virão artesãos que se irão dedicar às mais variadas actividades económicas, muitas delas relacionados com a defesa e a navegação, mas também com a comercialização de produtos regionais, alguns deles bem cotados em outras paragens. É o dizem muitos geógrafos, que lembram as peculiaridades de algumas produções do *Gharb al-Andalus*: o sal mas também a extracção mineira (em alguns casos escapando ao controle do Estado), a sua riqueza piscícola, a sua produção agrícola – sobretudo nos campos fertilizados do Tejo –, a apicultura, a produção animal, na qual se distingue a produção cavalar. A construção naval, essa, vamos encontrá-la nas margens dos rios e dos seus esteiros. Se as primeiras crónicas localizam esta actividade inicialmente em Sevilha, no século X ela parece estar já bem sólida nas margens do Sado e não é difícil percebê-la em outras cidades portuárias, como Lisboa e na Silves do século XI (PICARD, 2004, p. 696). Construção naval que pressupõe a existência de um prévio investimento em florestação específica, adequada às necessidades dos estaleiros. Não será por acaso que al-Istakhri fala da exploração de “pinho marítimo”, plantio esse estimulado, provavelmente, pelo Estado omíada; essa tradição regional pode ter ajudado o reino de Portugal – futura autoridade administrativa destes territórios – a se ter antecipado a outros reinos em iniciativas marítimas por esse Atlântico fora.

FIGURAS (*)

Fig. 1 – Castelo de Alcobaça – perspectiva aérea – com a sua torre “albarrã” (perspectiva Google Earth).



Fig. 2 – Castelo de Atouguia, implantado em ponto elevado perto do qual, no período medieval, chegava a água do Atlântico.



Fig. 3 – Local elevado onde se encontrava o castelo da Lourinhã e onde ainda hoje se pode visitar a igreja de Santa Maria ... do Castelo.



Fig. 4 – O “castelo dos Mouros”, em Sintra (foto DGEMN); no seu interior foram encontrados testemunhos arqueológicos do século IX.



Fig. 5 – Uma pequena mesquita com o seu mihrab (à direita, assinalado) no “alto da vigia”, na costa a norte de Sintra, junto à Praia das Maças – em frente.



Fig. 6 – A zona de Almaraz e, ao fundo, o castelo de Almada, numa gravura inglesa de 1830 (R. Batty e W. Miller). Este ponto é crucial para cruzar sinais entre a zona de Sintra e a cidade de Lisboa (que se vê ao fundo, sobre a esquerda).



Fig. 7 – Entre Almada e Trafaria encontra-se Murfacém, onde existe esta capela - certamente tardia - semelhante a construções do mundo islâmico ocidental onde se veneram homens que ganharam uma aura de santidade. Nesta pequena povoação é possível cruzar sinais vindos da zona de Sintra, com Alcolena, Algés e Lisboa (em frente) e com o cabo Espichel (a sul, onde há uma construção semelhante a esta).



Fig. 8 – Mapa onde se mostra como, por triangulação de pontos, os avisos ou sinais de alarme vindos da zona de Sintra poderiam chegar a Lisboa através de contactos intermédios existentes na margem sul do Tejo, como Almada, Almaraz, Murfacém, cabo Espichel e Palmela.



Fig. 9 – Alcolena, na zona de Lisboa hoje mais conhecida como Restelo, posição estratégica que controla a barra do Tejo e onde se encontra a capela de S. Jerónimo.



Fig. 10 - Alverca - vestígios do castelo.



Fig. 11 - Povos – na pequena montanha sobranceira ao rio Tejo, foram encontrados vestígios de um castelo em taipa, de época islâmica, com ocupação do século IX (gravura de Pier Maria Baldi).



Fig. 12 - A posição geográfica de Santarém, vista da margem sul do Tejo. Esta cidade ganha importância, no quadro do al-Andalus, a partir do século IX.



(*) – fotos do autor, excepto quando é referida a sua proveniência.

Referências

ALARCÃO, Jorge de. *Coimbra, a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Al-IDRISI, Nuzhat al-Mushtaq. *Opvs Geographicvm*. ed. CERULLI, Gabrieli et all. Nápole; Roma: Leiden, 1975. fasc. V.

BANHA, Carlos Manuel dos Santos. As Cerâmicas do Alto do Senhor da Boa Morte (Povos): estudo preliminar. *Cira – Boletim Cultural*, n. 7; Vila Franca de Xira, 1998.

BLOT, M. L. *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos*: contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Fluvio-Marítimas em Portugal. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia, 2003.

CALAIS, Cristina. Outeiro de Povos – Resultado preliminar das intervenções arqueológicas. *Cira - Boletim Cultural*, n. 7; Vila Franca de Xira, 1998.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia. Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira. In: *Al-Ándalus espaço de mudança*. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Livro de Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p. 73-85.

COELHO, A. Borges. *Portugal na Espanha Árabe*. 2 ed. Lisboa: Caminho, 1989. v. 1.

COELHO, Catarina. A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 3, n. 1, Lisboa, IPA, 2000, p. 207-225.

CONDE, Manuel Sílvio. *Madinat Shantarín*. Uma aproximação à paisagem da Santarém muçulmana (séculos X – XII).

CONDE, Manuel Sílvio. *Para um corpus da documentação relativa à paisagem de Shantarín*. Media Aetas, 2, Universidade dos aços, 1999.

LOPES, David. Murfacém deriva de Mul Hacén. *O Arqueólogo Português*, v. VIII, Lisboa, 1903.

DESCRIPTION de l'Afrique et de l'Espagne par Edrici. ed. R. Dozy e De Goeje. Leiden: Brill, 1886.

DOZY, R. *Los Vikingos en España*. Madrid: Polifem, 1987.

FERNANDES, Isabel C. Ferreira. A península de Setúbal em Época Islâmica. (Lisboa Encruilhada de musulmanos, judeus, e cristãos, Outubro 1997). *Arqueologia Medieval* 7, Porto, 2001.

FERNANDES, Isabel C. Ferreira. *O castelo de Palmela - do Islâmico ao Cristão*. Lisboa: Colibri, 2004.

GARCIA, Eduíno Borges. As Torres e os Fachos na Lagoa da Pederneira. A Torre de D. Framondo. *Sep. de Arquivo de Beja*, v. XX-XXI, 1963-1964.

GARCIA, Eduíno Borges, As Torres e os Fachos na Lagoa da Pederneira. Vestígios de Navegações Antigas na Lagoa da Pederneira (Nazaré). *Sep. Arquivo de Beja*, Vol. XXV - XXVI - XXVII, Beja, 1968-1970.

HASSEN. *Les Ribat du Sahel d'Ifríqiya*. Castrum 7 - Zones côtières littorales dans le monde méditerranéen au Moyen Âge: défense, peuplement, mise en valeur. Madrid: Casa De Velázquez, 2001.

FERNANDES, Isabel C. Ferreira. *O castelo de Palmela: do Islâmico ao Cristão*. Lisboa: Colibri, 2004.

LÉVI-PROVENÇAL, E. Description de l'Espagne d'Ahmad al-Razi. Essai de reconstitution de l'original arabe et traduction française. *Al-Andalus*, XVIII, 1953, p. 51-108.

LIROLA DELGADO, J., *El poder naval de al-Andalus en la época del califato omeya*. Granada: Instituto de Estudios Almerienses, 1992.

VIGUERA, María Jesús. *Los reinos de taifas y las invasiones magrebíes: (Al-Andalus del XI al XIII)*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

MARÍN, Manuela. La práctica del Ribat ena l-Andalus (ss. III-V/IX-XI). In: AZUAR Ruiz, Rafael (ed.). *El ribât califal*. Excavaciones e investigaciones (1984-1992). Madrid: Casa de Velázquez, 2004. p. 191-201.

MOLINA, Luis (ed.). *Una Descripción anónima de Al-Andalus*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto "Miguel Asín", 1983. t. II.

MOURA, Frei José de Santo António. *Vestígios da Língua Árábica*. Lisboa, 1789.

MOURA, Frei José de Santo António. *Vestígios da Língua Árábica*. 2ª ed. Lisboa, 1830.

ANALES PALATINOS del califa de Córdoba al-Hakam II, por 'Isa b. Ahmad al-Razi (360-364 H. = 971-975 J.C.). trad. de Emilio García Gómez. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1967.

PICARD, Christophe; FERNANDES I.C. Ferreira. La défense côtière au Portugal à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal. *Archéologie Islamique*, 8, 9, 1999, p. 67-94.

PICARD, Christophe; BORRUT Antoine. *Râbata, ribât, râbita: une institution à reconsidérer. Chrétiens et musulmans en Méditerranée médiévale (VIII-XIIe siècle)*. Poitiers: Echanges et contacts, 2003.

PICARD, Christophe. Les Ribats au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions. In: *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500- 1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2001. p. 203-212.

PICARD, Christophe. Les arsenaux musulmans de la Méditerranée et de l'océan Atlantique (VIIe-XVe siècle). In: *Chemins d'outre-mer. Études d'histoire sur la Méditerranée médiévale offertes à Michel Balard*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004.

PICARD, Christophe. *L'océan Atlantique musulman*. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal – Espagne - Maroc). Paris: Maisonneuve & Larose/Unesco, 1997.

PICARD, Christophe. *Le Portugal musulman (VIII-XIIIe siècle)*. L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique. Paris: Maisonneuve et Larose, 2000.

PICARD, Christophe. Les ribats de la côte du Gharb al-Andalus: une sacralité importée. In: *Arqueologia Medieval – La prospecció i el territori*. Lleida: Pagès editors, 2010.

REI, António. Azóias/Arrábidas no Gharb al-Andalus e o movimento dos muridîn: subsídios para a sua identificação especial. *XARAJIB*, n. 2, Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, 2002, p. 53-61.

SIDARUS, Adel; REI, António. Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes. *Arqueologia Medieval*, n. 7, 2001, p. 37-72.

SILVA, Manuela Santos. *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*. Tese (Doutoramento), Universidade de Lisboa, Lisboa 1996. v. I.

SILVA, Manuela. Reflexões em torno na conquista da Estremadura. Santarém na Idade Média – *Actas do colóquio*, CMS, 2007, p. 337-345.

SOUTO, Juan A. El poblamiento del término de Zaragoza (siglos VIII-X): los datos de las frentes geográficas e históricas. *Anaquel de Estudios Árabes*, n. 3, 1992, p. 113-152.

SOUTO, Juan A. Ensayo de estudio histórico-arqueológico del conjunto fortificado islámico de Calatayud (Zaragoza): objetivos, metodología y primeros resultados. *Anaquel de estudios árabes*, n. 1, 1990, p. 187-201.

SOUTO, Juan A. Sobre la génesis de la Calatayud islámica. *Aragón en la Edad Media*, n. 8, 1989, p. 675-696.

VIANA; Mário. *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.

VIGUERA, María Jesús. Los reinos de Taifas – Al-Andalus en el siglo XI. In: PIDAL, Menéndez. *Historia de España*. Madrid: Espasa-Calpe, 1994. v. VIII-I.

VIGUERA, María Jesús. *Los reinos de taifas y las invasiones magrebíes: (Al-Andalus del XI al XIII)*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

ZOZAYA, Juan. ¿Fortificaciones tempranas? *Actas del I Congreso de Castellología Ibérica*, Palencia, 1994, p. 71-146.

ZOZAYA, Juan. 771-856: los primeros años del Islam andalusí o una hipótesis de trabajo. Ruptura o continuidad: pervivencias preislámicas en El-Andalus. *Cuadernos emeritenses*, n. 15, 1998, p. 83-142.

ZOZAYA, Juan. La fortificación islámica en la península ibérica: principios de sistematización. In: *El Castillo Medieval Español*. La Fortificación Española y sus relaciones con la Europea. Madrid: Fund. Ramón Areces, 1998, p. 23-44.

ZOZAYA, Juan. Las fortificaciones andalusies. *Artigrama*, n. 22, 2007, p. 233-257.

Notas

- 1 Zona onde se sabe ter existido, durante vários séculos de domínio islâmico, uma comunidade de *dhimmi* cristãos que prestava culto a este santo.
- 2 O porto em causa não é especificado.
- 3 Abd al-Rahman II tinha mandado construir um arsenal em Sevilla, ainda no século IX.

4 Já Picard salienta o facto de se ter equipado em Silves, eventualmente, um barco para enviar uma delegação do al-Andalus ao Norte de Europa, delegação chefiada por al-Ghazali.

5 Em 878, Hermenegildo Guterres conquista a região de Coimbra e integra-a no reino das Astúrias; esta região só regressará ao domínio *andalusi* em tempos de Almançor, no finais do século X (987), domínio que durará pouco mais de meio século (1064).

6 A mesma autora tem um a visão para região, que se pode aplicar ao século XII. As notícias de que tinha sido encontrada cerâmica de origem islâmica em Óbidos foi confirmada, oralmente, pela Dr^a. Isabel Cristina Fernandes, aguardando-se o estudo e a publicação destes dados.

7 Para Sintra no século X segundo al-Razi veja-se: (LÉVI-PROVENÇAL, 1953, p. 51-108, §53); ver ainda COELHO, 1989, p. 49, 60; ver ainda SIDARUS; REI, 2001, p. 37-72, 40-41).

8 Cf. <<http://www.museuarqueologicodeodrinhas.pt/escavacoes/1/alto-da-vigia.html>>. Consultado em: 09/2012.

9 MARÍN, 2004, p. 191-201; a autora refere-se, entre outros casos, a *ribat* costeiros (p. 192-194), referindo a escassez de informação disponível sobre os mesmos, mas indicando referências claras para o século X; sobre a inadequação da aplicação da palavra *ribat* em alguns casos e as nuances do significado desse vocábulo, veja-se PICARD; BORRUT, 2003, p. 33-65.

10 É de lembrar que o referido palácio ocupa o espaço de um antigo convento, havendo vários exemplos de estruturas religiosas que cristianizaram espaços religiosos mais antigos; esta hipótese não está comprovada.

11 Moura (1789, p. 128; 1830, p. 163), que relaciona o topónimo árabe com a presença de um "barbeiro". Segundo David Lopes, Murfacém (1903, p. 215). Pensamos que pode derivar da raiz (h,-s-n), de que provém *hi,sn* que significa, precisamente, fortificação.

12 Muhammad Hassen, num seu estudo refere a existência, para além do s referidos *ribat*, de *ma,hris* "enceinte fortifiée, parfois simple corps de garde", citando um caso em que um *ma,hris* era guardado por uma só pessoa; Cf.HASSEN, 2001, p. 153) - acrescenta, adiante, que pode significar uma simples "torre de observação" (p. 154).

13 Maria Luísa Blot afirma que "no esporão de Almaraz (habitat naturalmente defendido e em posição de atalaia e de controle das vias de comunicação, incluindo a via fluvial), estavam em ligação com os pontos imediatos de contacto com a navegação do estuário, ou seja, a zona da Baixa, no caso de Lisboa, e Cacilhas, no caso de Almada" (BLOT, 2003, p. 235), acrescentando que "no sopé do esporão de Almaraz que continuou a fazer-se a travessia do Tejo em época romana, verificando-se continuidade nesta utilização desse ponto até à actualidade" (BLOT, 2003, p. 246-247), o que reforça a importância táctica do local ao longo dos tempos.

14 Também presente na zona do cabo da Roca, perto de Sintra. Sobre as Azóias deve ver-se REI, 2002, p.53-61.

15 Já estudado e com uma nova posposta interpretativa, de António Rei, que propões uma relação de origem com *al-jaysh*, "o exército", o que reforça a capacidade de militarização em redor da entrada do Tejo.

16 Existe, actualmente, a rua de Alcolena, no topo da qual se encontra uma ermida dedicada a S. Jerónimo, também conhecida como ermida do Restelo, exemplar de estilo manuelino concebido pelo mestre Boitaca, rodeado por jardins desenhados por Gonçalo Ribeiro Telles. É possível que tenha havido, neste local que conserva um topónimo de origem árabe que remete para a existência de uma pequena fortificação, (*al-Qal'a* significa "fortificação", originando Alcalá ou Alcalar o diminutivo *al-Qulay'a* está por detrás de vários topónimos como Alcolea e, possivelmente, Alcolena; não se conhecem possíveis antigas ocupações do local e é especulativo afirmar que poderia estar ligada à presença de voluntários pela fé. No entanto, sabe-se que a carga religiosa de um local mantém-se, por vezes durante muito tempo, adaptando-se a novos poderes e novos rituais; por isso, não deixa de ser curiosa a circunstância de o local possuir um magnífico exemplar de construção religiosa manuelina, uma capela semelhante a uma "*qubba*", ou seja, muito semelhante em termos formais da que hoje se localiza e se pode visitar em Murfacém, na margem esquerda, com a qual cruza olhares sobre o rio Tejo – hipótese não comprovada arqueologicamente que o autor destas linhas apresentou, recentemente, a um congresso realizado em Óbidos, em publicação.

17 O cabeço sobre o qual se ergueria uma fortificação está hoje ocupado por uma igreja que domina claramente o percurso do Tejo; detectaram-se, para já, ocupações humanas da Idade do Ferro no seu cabeço.

18 Sobre os resultados das escavações do castelo de Povos veja-se CALAIS, 1998, p. 49-74; BANHA, 1998, p. 75-109.

19 "Santarem es una ciudad grande y antigua, posee una gran mezquita aljama ordenada construir por el imán al-Hakam, baños espléndidos y zocos amplios y ordenados. Sus vastas dependências abarcan más de mil aldeãs, todas las cuales toman su agua de un rio que las atraviesa llamado Guadiana [*sic*], que tiene crecidas como las del Nilo, con las cuales se hace la siembra" – *Dhikr bilad al-Andalus* (Cf. MOLINA, 1983, §27, p. 58).

20 Cf. texto do geógrafo al-Himyari em COELHO, 1989, p. 54. Veja-se também CONDE, e CONDE, 1999, p. 11-34, p. 105-110. Para perceber o período imediatamente a seguir à integração de Santarém no reino de Portugal veja-se VIANA, 2007.

21 Há provas de que, pelo menos em finais do século X, o califa al-Hakam II, procedeu à compra de cavalos criados no território de Santarém, certamente provenientes das suas inundáveis lezírias. O *Muqtabis* de ibn Hayyan (parte VII) informa que em redor de Santarém se criavam cavalos, na segunda metade do século X. Quando al-Hakam II, na Primavera de 971, manda sair altos funcionários por várias *kuwar* do al-Andalus em busca de cavalos para uma campanha militar estival contra os cristãos da *Jilliqiyya* (Galécia, ou seja, o Norte peninsular), refere-se Ahmad ibn Muhammad ibn Sa'd al-Ja'fari, identificado também como *sha,hib al-,sur,ta* al-'uliy'a (*sha,hib al-,sur,ta* corresponde ao cargo de Prefeito ou Director de Polícia), "enviado a Santarém e seus contornos" para requisitar cavalos (ANALES, 1967, § 216, p. 256).

22 VIGUERA, 1994, p. 124; veja-se, da mesma autora, VIGUERA, 1992.

23 Designação que ilustra bem a posição de Mértola, título de uma interessante e recente exposição, sub-título de uma obra fundamental.

Fernando Branco CORREIA. Departamento de História - Universidade de Évora- Portugal - Colégio do Espírito Santo, Largo dos Colegiais 2, 7000-803.

Recebido em 04/04/2016

Aprovado em 01/06/2016